

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.217.257 - RJ (2010/0190830-6)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
ADVOGADO : RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN - RJ185847
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IOF. FATO GERADOR. CONDIÇÃO SUSPENSIVA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. O tema afeto à condição suspensiva da ocorrência do fato gerador do imposto em voga não foi objeto de debate pelo Tribunal *a quo*, carecendo do indispensável prequestionamento e atraindo os óbices das Súmulas 282 e 356 do STF.

2. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/2015), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que, uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 10/4/2017).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator